


COMBATE À FOME COMO POLÍTICA PÚBLICA: OS PROGRAMAS DE FORNECIMENTO DE REFEIÇÕES À POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE VULNERABILIDADE SOCIAL NO BRASIL

 <https://doi.org/10.56238/arev6n4-068>

Data de submissão: 05/11/2024

Data de publicação: 05/12/2024

Rafael Norberto de Aquino

Doutor em Agronomia Universidade Estadual Paulista Júlio Mesquita (UNESP)

E-mail: rafael.norberto@ifro.edu.br

ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-9423-3742>

LATTES: <http://lattes.cnpq.br/3745450552005911>

RESUMO

As políticas públicas sociais são fundamentais para possibilitarem o acesso a determinados direitos e necessidades a cidadãos marginalizados que, sem elas, isso não seria possível. No Brasil, as políticas sociais se instituíram como consequências de lutas de classes, caminho para a conquista de direitos e diminuição de desigualdades. Como a efetivação e manutenção das políticas públicas são dependentes da liberação de recursos públicos, um dos problemas é a fragmentação e descontinuidade delas devido às mudanças de governo ao longo dos anos. Diante do cenário de insegurança alimentar e nutricional vivenciada pela população brasileira e conhecedores da responsabilidade do Estado de respeitar, proteger e promover o direito das pessoas de terem acesso à alimentação adequada e saudável, o poder público criou diversas estratégias, visando à garantia desse direito estabelecido pela Constituição Federal do Brasil. Dentre as estratégias, destacam-se os programas de fornecimento de alimentos saudáveis e nutritivos às pessoas socialmente vulneráveis. Afunilando um pouco mais, tem-se o programa Restaurante Popular, que foi concebido com o objetivo de fornecer refeições completas e saudáveis a preços acessíveis para a população de baixa renda. Nesse contexto, esta pesquisa teve como objetivo identificar se o Governo Federal e os Governos Estaduais possuem programas de acesso à alimentação de maneira gratuita ou subsidiada em todos os estados brasileiros. Para isso, a pesquisa foi desenvolvida com uma abordagem quantitativa e exploratória sendo que a coleta dos dados foi feita através de sites do governo Federal e dos governos Estaduais para identificar as políticas/programas de acesso à alimentação de forma gratuita ou subsidiada, sendo analisados os seguintes elementos: se existem programas, qual a quantidade de unidades, os valores cobrados pelo almoço e a data de implantação do programa. Concluiu-se que, apesar da dificuldade de encontrar as informações referentes aos programas em alguns estados, em termos quantitativos, existe um número relevante de estabelecimentos, porém há uma necessidade de uma melhor distribuição geográfica dos mesmos para que o acesso à alimentação gratuita ou a baixo custo seja alcançado pela população das diversas regiões brasileiras e não apenas de algumas.

Palavras-chave: Políticas Públicas. Alimentação Saudável. Assistência Social. Combate à Fome.

1 INTRODUÇÃO

As políticas públicas são instrumentos essenciais para a organização da sociedade e a promoção do bem-estar coletivo. Elas buscam atender às necessidades da população, garantindo o acesso a direitos fundamentais como saúde, educação, segurança, moradia e assistência social. Além disso, as políticas públicas estabelecem diretrizes que regulam e orientam o comportamento social, criando condições para uma convivência harmoniosa e para o desenvolvimento sustentável.

As políticas públicas de combate à fome são essenciais para garantir o direito à alimentação, consideradas um direito humano fundamental pela Declaração Universal dos Direitos Humanos de 1948. Segundo Santos e Oliveira (2020), a fome reflete a desigualdade social e econômica, afetando principalmente a população marginalizada. Por meio de políticas públicas, é possível implementar programas que promovam a segurança alimentar e nutricional, garantindo o acesso a alimentos de qualidade para a população em vulnerabilidade social.

Um dos principais papéis das políticas públicas é a redução de desigualdades sociais e regionais. Por meio de programas e ações específicas, o governo pode atender grupos vulneráveis, combater a pobreza e oferecer oportunidades para todos. Iniciativas como políticas de inclusão social, habitação popular, alimentação e distribuição de renda são exemplos concretos de como as políticas públicas transformam realidades e promovem maior equidade entre os cidadãos.

A fome no Brasil sempre esteve presente entre milhões de habitantes e que persiste apesar dos avanços tecnológicos obtidos e do país ser um dos principais produtores de alimentos do mundo. Os problemas que fazem com que essa realidade ainda existe são diversos, e um dos meios para compreendê-los passa pela análise das políticas públicas voltadas para o combate à fome e os desafios enfrentados para implementá-las ao longo dos anos.

As políticas públicas de combate à fome desempenham um papel essencial na garantia do direito humano à alimentação, promovendo a justiça social e a redução das desigualdades. Segundo Santos e Oliveira (2020), a fome é uma das principais manifestações de pobreza extrema e um desafio que afeta milhões de pessoas no mundo. Nesse contexto, políticas públicas específicas, como programas de segurança alimentar e oferta de alimentação gratuita ou em valores bem acessíveis economicamente, são indispensáveis para garantir que uma população mais vulnerável possa ter acesso à alimentação saudável e nutritiva.

Outro aspecto importante é a redução dos impactos da fome na saúde pública. Segundo estudos de Silva e Pereira (2019), a desnutrição é responsável por elevar os índices de mortalidade infantil e agravar doenças crônicas em populações vulneráveis. Políticas como oferta de merenda escolar,

suplementação nutricional e oferta de alimentação aos vulneráveis socialmente são estratégias comprovadamente eficazes para prevenir esses problemas e melhorar o indicador de combate à fome.

As políticas públicas de combate à fome são essenciais para garantir o direito à alimentação, consideradas um direito humano fundamental pela Declaração Universal dos Direitos Humanos de 1948. Segundo Santos e Oliveira (2020), a fome reflete a desigualdade social e econômica, afetando principalmente a população marginalizada. Por meio de políticas públicas, é possível implementar programas que promovam a segurança alimentar e nutricional, garantindo o acesso a alimentos de qualidade para a população sócio vulnerável.

A fome no Brasil é uma questão estrutural que reflete as desigualdades sociais e econômicas persistentes no país. De acordo com Santos e Oliveira (2020), a insegurança alimentar no Brasil é agravada por fatores como concentração de renda, desemprego e fragilidade das políticas públicas externas para a proteção social. Dados recentes indicam que milhões de brasileiros vivem em situação de extrema pobreza, o que limita seu acesso a alimentos básicos e afeta diretamente sua qualidade de vida. Essa realidade demonstra a necessidade urgente de ações governamentais.

Além dos impactos sociais, a fome tem efeitos graves sobre a saúde pública. Silva e Almeida (2019) destacam que a desnutrição, comum em contextos de insegurança alimentar, contribui para o aumento da mortalidade infantil e o agravamento de doenças crônicas. Esses problemas são mais evidentes em regiões com baixos índices de desenvolvimento humano, como o Norte e o Nordeste do Brasil. A situação é ainda mais preocupante quando associada à ausência de políticas públicas de combate à fome. Assim, diante deste contexto, é importante que o Poder Público, seja ele a nível Nacional, Estadual ou Municipal, tenha programas que forneçam alimentação para os cidadãos socialmente vulneráveis de maneira gratuita ou a preços baixos com subsídios do Estado.

Nesse contexto, o objetivo geral da pesquisa é identificar se o Governo Federal e os Governos Estaduais possuem programas de acesso à alimentação de maneira gratuita ou subsidiada em todos os estados brasileiros.

Essa pesquisa é importante para identificar se o Poder Público tem desenvolvido ações de combate à fome através de programas de acesso à alimentação de maneira gratuita ou subsidiada pelo Poder Público, pois o combate à fome, além de um imperativo moral, é essencial para o desenvolvimento sustentável. De acordo com Barros e Lima (2020), a insegurança alimentar impacta níveis de saúde, educação e a produtividade das populações, criando um ciclo de pobreza que dificulta o progresso social e econômico de um País. Assim, políticas públicas desta natureza são fundamentais para minimizar os impactos de uma classe que já é muito marginalizada na sociedade.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 POLÍTICAS PÚBLICAS DE FORNECIMENTO DE ALIMENTAÇÃO À POPULAÇÃO VULNERÁVEL SOCIALMENTE

A fome no Brasil é um problema estrutural que reflete desigualdades históricas e persistentes no acesso a recursos e oportunidades. Segundo Santos e Almeida (2021), a fome é resultado de fatores como a concentração de renda, a precariedade no mercado de trabalho e a ausência de políticas públicas efetivas para redistribuição de riqueza. Embora o país tenha avançado no combate à fome entre 2003 e 2014, as recentes crises sanitárias, econômicas e políticas reverteram parte dessa conquista.

O conceito de segurança alimentar e nutricional, que norteia as políticas públicas no Brasil, foi formalizado na Lei Orgânica de Segurança Alimentar e Nutricional (LOSAN) em 2006. De acordo com Conceição e Veiga (2020), essa legislação consolida um marco institucional que integra ações externas ao acesso regular e permanente a alimentos de qualidade. Contudo, os autores destacam que a implementação dessas políticas enfrenta desafios importantes, como a descontinuidade de programas devido às mudanças de gestores políticos.

Os impactos da fome no Brasil são amplificados em populações, como crianças, idosos e moradores de áreas rurais e periféricas. Silva et al. (2020) enfatizam que a insegurança alimentar tem consequências graves para a saúde e o desenvolvimento humano, aumentando os índices de mortalidade infantil e comprometendo o desempenho escolar. Além disso, a fome está frequentemente associada a problemas de saúde pública, como desnutrição e doenças.

Para enfrentar o problema da fome, é essencial fortalecer as políticas públicas intersetoriais e garantir a participação da sociedade civil. Carvalho (2022) argumenta que iniciativas como conselhos de segurança alimentar e movimentos sociais são fundamentais para promover a equidade no acesso aos alimentos e monitorar a execução de políticas governamentais. Além disso, as estratégias de longo prazo devem abordar as causas estruturais da fome, como a reforma agrária, a geração de emprego e a promoção de uma economia sólida.

As políticas públicas desempenham papel central na organização do Estado brasileiro, sendo fundamentais para a garantia de direitos e promoção do bem-estar social. Segundo Souza (2021), as políticas públicas podem ser compreendidas como um conjunto de ações e decisões tomadas pelos órgãos governamentais para atender demandas sociais, econômicas e ambientais. No Brasil, essas ações são fortemente influenciadas pela Constituição Federal de 1988, que distribuíram um marco normativo robusto, garantindo a universalização dos direitos aos cidadãos.

A formulação e implementação de políticas públicas no país enfrenta desafios estruturais relacionados à desigualdade social e territorial. De acordo com Araújo e Silva (2020), a concentração de renda e a discrepância no acesso a serviços básicos entre regiões urbanas e rurais dificultam a concretização de políticas equitativas. Outro aspecto importante é a influência do federalismo na execução das políticas públicas. A descentralização das políticas é uma característica marcante do sistema federativo brasileiro, permitindo maior autonomia para estados e municípios. No entanto, essa descentralização também traz desafios, como a fragmentação das ações governamentais e a desigualdade de capacidades administrativas entre entes federativos (Brasil, 2019).

Nesse contexto, Padrão e Aguiar afirmam que

Nessa perspectiva, reconhecemos a política pública social como imperativa, nos marcos da acumulação capitalista, para materializar direitos, necessidades humanas e demandas imediatas, na expectativa da cidadania ampliada, que contribuam para melhorar as condições de trabalho e de vida da classe trabalhadora. Esse posicionamento, entretanto, não deve superestimar as possibilidades da política na superação da situação de vulnerabilidade da existência material do conjunto dos trabalhadores, nem, tampouco, inibir ou paralisar a luta na perspectiva da emancipação política e humana, que apenas se concretizará com o fim da exploração do homem pelo próprio homem (Padrão e Aguiar, 2018, p. 3).

A participação social é um elemento essencial para o sucesso das políticas públicas no Brasil. Conforme destaca Carvalho (2022), conselhos municipais e fóruns de políticas públicas são instrumentos que fortalecem a democracia participativa, permitindo que a sociedade civil contribua diretamente para a formulação e monitoramento de políticas. A avaliação das políticas públicas é outro campo que vem ganhando relevância. Segundo Mendes e Oliveira (2020), a mensuração de resultados e impactos é crucial para a melhoria contínua das políticas, possibilitando ajustes e reorientações. No Brasil, o uso de indicadores e sistemas de monitoramento tem sido ampliado, embora ainda existam dificuldades relacionadas à padronização e à integração desses dados.

Assim, as políticas públicas no Brasil não podem ser comprovadas sem considerar o contexto histórico e político. Almeida e Silva (2021) observam que mudanças nos governos frequentemente impactam a continuidade e a priorização de políticas, o que reflete a necessidade de mecanismos institucionais que assegurem maior estabilidade e eficiência. Assim, o fortalecimento das instituições e da governança pública é indispensável para a declaração de políticas que promovam justiça social possam se consolidar.

Nesse contexto de políticas públicas, vale destacar que elas existem para o combate à fome e acesso à alimentação aos cidadãos vulneráveis socialmente. O direito à alimentação é garantido pela Constituição Federal de 1988 como um componente essencial para a dignidade humana e a cidadania. As desigualdades sociais e econômicas no Brasil agravaram a insegurança alimentar, especialmente

em populações de baixa renda. Dados recentes apontam que milhões de brasileiros vivem em situação de fome, principalmente em áreas rurais e periféricas. Segundo Santos e Almeida (2021), a pobreza estrutural e o desemprego são fatores determinantes que dificultam o acesso regular e permanente a alimentos de qualidade, evidenciando a necessidade de políticas públicas eficazes para que essas pessoas marginalizadas possam ter acesso à alimentação nutritiva e com qualidade.

O Programa Bolsa Família (atualmente substituído pelo Auxílio Brasil) representou um marco nas políticas de transferência de renda e segurança alimentar no país. Estudos mostram que a transferência de recursos para famílias em situação de vulnerabilidade contribuiu significativamente para a redução da pobreza e da fome (Silva et al., 2020). Além disso, sua articulação com programas de alimentação escolar potencializou o impacto positivo ao garantir refeições diárias para crianças e adolescentes matriculados na rede pública de ensino. Programas estaduais de fornecimento de alimentações a custos baixos também ganharam espaço nos últimos anos.

Outro programa de destaque é o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), que promove a compra de produtos agrícolas diretamente de pequenos produtores e sua destinação para instituições que atendem populações vulneráveis. De acordo com Costa e Oliveira (2020), o PAA não apenas fortalece a agricultura familiar, mas também reduz os impactos da insegurança alimentar.

Além das iniciativas governamentais, a sociedade civil desempenha um papel relevante no combate à fome. Organizações não governamentais (ONGs) e movimentos sociais implementam ações complementares, como cozinhas comunitárias e bancos de alimentos, para atender ao público marginalizado. Segundo Carvalho (2022), essas iniciativas são fundamentais para suprir lacunas deixadas pelo poder público e fortalecer a mobilização social em torno do direito à alimentação saudável.

Nesse sentido, o fortalecimento das políticas públicas de alimentação exige a integração de diferentes setores, como saúde, educação, assistência social e agricultura. Como destaca Almeida e Silva (2021), a superação da fome no Brasil depende de uma abordagem multissetorial que não só atende à demanda emergencial, mas também enfrenta as causas estruturais da insegurança alimentar, promovendo equidade e desenvolvimento sustentável.

2.2 PROGRAMA RESTAURANTE POPULAR

Os programas de alimentação saudável e nutritiva para populações vulneráveis desempenham papel central no combate à insegurança alimentar no Brasil. Segundo Conceição e Veiga (2020), essas iniciativas estão homologadas com o conceito de segurança alimentar e nutricional, assim, buscam garantir o acesso regular e permanente a alimentos de qualidade, em quantidade suficiente e sem

comprometer outras necessidades essenciais. Esses programas são fundamentais para mitigar os efeitos da pobreza e promover a inclusão social.

Entre os programas mais relevantes está o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), que fornece refeições equilibradas a milhões de crianças e adolescentes matriculados na rede pública de ensino. Mendes e Oliveira (2020) destacam que o PNAE não apenas assegura o direito à alimentação, mas também promove hábitos alimentares saudáveis ao priorizar a aquisição de produtos da agricultura familiar. Essa política pública tem contribuído para a redução da desnutrição infantil e o fortalecimento da economia local. O Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) é outro programa que tem se destacado.

Outro Programa que é muito importante, objeto de estudo deste trabalho, é o que possibilita o acesso à alimentação saudável e nutritiva à sociedade vulnerável socialmente através de Restaurantes Populares (RPs). A nível Federal tem-se o Programa Restaurante popular que tem como objetivo:

ampliar a oferta de refeições nutricionalmente adequadas, a preços acessíveis, à população de baixa renda, vulnerabilizados socialmente e em situação de insegurança alimentar e nutricional; e também promover a alimentação adequada e saudável e a valorização dos hábitos alimentares regionais (MDS, 2024).

Além desse objetivo, podem ser citados os seguintes:

- Ofertar refeições prontas e saudáveis a preços acessíveis, sem qualquer obtenção de lucro;
- Beneficiar a população em situação de risco nutricional;
- Contribuir para a formação de sistemas de proteção alimentar;
- Oferecer aos usuários serviços e informações relevantes quanto à segurança alimentar e nutricional;
- Aumentar a qualidade da alimentação fora do domicílio, garantindo a variedade dos cardápios com equilíbrio entre os nutrientes na mesma refeição;
- Promover ações de educação alimentar e nutricional, voltadas à segurança nutricional, promovendo a cultura gastronômica, o combate ao desperdício e a promoção à saúde;
- Gerar novas práticas e hábitos alimentares saudáveis;
- Incentivar a utilização de alimentos regionais;
- Promover o fortalecimento da cidadania por meio da oferta de refeições em ambientes limpos, confortáveis, favorecendo a dignidade e a convivência entre os usuários;
- Criar espaços de desenvolvimento comunitário e de formação da cidadania, de modo a serem realizadas atividades educativas e culturais, tais como shows, apresentações e reuniões da comunidade;
- Estimular o tratamento biológico dos resíduos orgânicos;
- Estimular a criação de hortas (MDS, 2023).

A partir de 1930 a fome começou a assolar o Brasil e nesse contexto, o pesquisador Josué de Castro idealizou o programa Restaurantes Populares (RPs), pois fez um estudo que apontou que 71,6% do orçamento familiar era comprometido com a aquisição de alimentos, contribuindo para a alta mortalidade e baixa esperança de vida (Castro, 1965 apud MDS, 2023). O Programa criado em 1930

funcionou até 1967 quando foi extinto pelo governo militar, juntamente com a instituição que os administrava, o Serviço de Alimentação da Previdência Social (SAPS), deixando uma grande lacuna na assistência aos trabalhadores, retornando apenas em 1990 para atender apenas as pessoas de baixa renda (MDS, 2023).

Entre 2003 e 2015, houve expansão do Programa Restaurante Popular no Brasil, atingindo o total de 204 restaurantes em funcionamento, servindo refeições para 209 mil

beneficiários diariamente, em 123 municípios do país integrantes de 24 estados da federação e o Distrito Federal (MDS, 2023). Porém, mais uma vez, confirmando uma trajetória de instabilidade, marcada principalmente pela dependência da priorização política dos governos, nos anos subsequentes, devido à conjuntura política e econômica do país, houve descontinuidade na implantação e implementação dos RPs, mas desta vez se mantiveram os estabelecimentos existentes (MDS, 2023).

Esse Programa é um dos programas integrados à rede de ações e programas do Fome Zero, política de inclusão social criada em 2003 e que atualmente é responsabilidade do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome e espera-se, com ele, criar uma rede de proteção alimentar em áreas de grande circulação de pessoas que realizam refeições fora de casa, atendendo dessa maneira, os segmentos mais vulneráveis nutricionalmente (MDS, 2023).

Na continuidade dessas ações, que tinham como público-alvo as famílias em situação de insegurança alimentar e nutricional, foi sancionada a Lei Orgânica de Segurança Alimentar e Nutricional (LOSAN), em 2006 que criou o Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (SISAN) e viabilizou a formulação da Política Nacional de Segurança Alimentar e o Plano Nacional de Segurança Alimentar no país (PLANSAN).

Assim, o Governo Federal criou toda uma estrutura para apoiar a criação e manutenção do Programa nos estados e municípios em que os restaurantes integram a estrutura operacional do Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (SISAN). Além disso, apoia a capacitação e formação dos profissionais desses estabelecimentos. Os Restaurantes Populares são direcionados a municípios com mais de 100 mil habitantes que apresentem elevado número de pessoas em situação de miséria ou pobreza. Como os estabelecimentos não são de uso exclusivo aos cidadãos vulneravelmente sociais, orienta-se a adoção de prática de preços diferenciados de acordo com a condição e o perfil socioeconômico do usuário, uma vez que a prioridade de atendimento são os grupos populacionais específicos em situação de insegurança alimentar e nutricional e/ou vulnerabilidade social (MDS, 2023).

O órgão gestor/financiador do Programa RPs é o Governo Federal e deve ser executado sob a forma de transferência voluntária de recursos financeiros destinados a despesas de custeio e investimento detalhados nas propostas aprovadas, por meio de parceria entre o Governo Federal e os Estados/Prefeituras Municipais interessados. Essa transferência é feita por intermédio de órgãos da administração direta ou indireta, desde que cumpridas todas as exigências estabelecidas pela legislação em vigor, estando ainda condicionados à existência de dotações orçamentárias e recursos financeiros para garantir a contrapartida (MDS, 2023).

Em relação às competências para colocar em prática o programa dos RPs nos âmbitos federal, estadual e municipal, segue-se o modelo de descentralização e cabe ao Governo Federal a transferência voluntária de recursos financeiros destinados a despesas de custeio e investimento detalhados nas propostas aprovadas e apoio aos Estados, Distrito Federal e Municípios para a construção, reforma e adaptação de prédios; a compra de equipamentos, de material permanente e de consumo; a formação da equipe de trabalho e a promoção da educação alimentar, entre outros. Nas esferas estaduais/municipais, as competências são referentes à coordenação e monitoramento dos serviços prestados (MDS, 2023).

Segundo dados do site do MDS, atualmente são mais de 130 unidades de RPs espalhadas em todo o País que possuem capacidade de servir até mil refeições por dia, cada com valores que variam entre R\$ 1 e R\$ 7 (MDS, 2024).

3 METODOLOGIA

A pesquisa foi de abordagem quantitativa, pois buscou-se ter acesso às localidades em que programas de acesso à alimentação gratuita ou subsidiada ocorrem no Brasil, a fim de identificá-los. A abordagem quantitativa em metodologia de pesquisa é descrita pelo uso de dados numéricos para descrever, explicar e prever especificações. Segundo Cervo, Bervian e Silva (2007), esta abordagem utiliza técnicas estatísticas para análise de variáveis mensuráveis, permitindo a generalização dos resultados para sociedades maiores. A aplicação da abordagem quantitativa é especialmente útil em estudos que buscam identificar padrões, correlações ou relações causais, oferecendo maior objetividade e precisão aos dados coletados.

Quanto aos fins, adotou-se a pesquisa exploratória uma vez que buscou-se maior conhecimento do tema escolhido para torná-lo o mais nítido possível. A pesquisa exploratória é um tipo de investigação que tem como objetivo principal proporcionar maior familiaridade com o problema a ser treinado, tornando-o mais explícito ou construindo hipóteses para estudos posteriores. Lakatos e Marconi (2003) destacam que essa metodologia serve como uma etapa preliminar para outras

investigações, contribuindo para a delimitação do problema e para o desenvolvimento de hipóteses e estratégias de pesquisa.

Em relação aos procedimentos técnicos a pesquisa envolveu os processos de coleta, análise e interpretação dos dados, redação e apresentação dos resultados (Creswell, 2010). Para a execução da pesquisa foram utilizados como principal fonte de informações, dados secundários. O uso de dados secundários em metodologias de pesquisa refere-se à utilização de informações previamente coletadas e organizadas por outras fontes, como relatórios, censos, bancos de dados, artigos acadêmicos e registros institucionais. Segundo Gil (2019), os dados secundários são valiosos para economizar tempo e recursos, especialmente em estudos exploratórios ou quando a coleta de dados primários é inviável. Esses dados podem ser usados para contextualizar um problema de pesquisa. Assim, os dados foram coletados através de sites do governo Federal e dos governos Estaduais para identificar as políticas/programas de acesso à alimentação de forma gratuita ou subsidiada. Foram analisados os seguintes elementos: se existem programas, qual a quantidade de estabelecimentos, o valor cobrado pelo almoço e desde quando o programa foi implantado.

Para tabulação dos dados foi utilizado o software Excel e a análise dos dados se deu por meio da técnica numérica.

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Os dados do quadro 1 foram extraídos dos sites governamentais dos governos estaduais ou suas respectivas redes sociais.

Quadro 1. Dados extraídos dos sites ou suas respectivas redes sociais governamentais dos 26 estados brasileiros mais o Distrito Federal.

Estados	Quantidade de estabelecimentos	Valor do almoço	Data de criação
Acre	1	2	Sem informação
Alagoas	2	2	Sem informação
Amapá	2	4,5	Sem informação
Amazonas	44	1	2020
Bahia	2	2	Sem informação
Ceará	1	1	Sem informação
Espírito Santo	0	-	Sem informação
Goiás	15	2	Sem informação
Maranhão	180	1	Sem informação
Mato Grosso	1	1	Sem informação
Mato Grosso do Sul	0	-	Sem informação
Minas Gerais	1	3	Sem informação
Pará	1	2	2008
Paraíba	10	1	Sem informação
Paraná	24	1 a 7	Sem informação
Pernambuco	105	0 a 7	Sem informação
Piauí	3	1	Sem informação

Rio de Janeiro	12	1	Sem informação
Rio Grande do Norte	56	1	2002
Rio Grande do Sul	6	1	Sem informação
Rondônia	19	2	2020
Roraima	3	1	Sem informação
Santa Catarina	39	0 a 6	Sem informação
São Paulo	120	1	2000
Sergipe	18	1	2023
Tocantins	21	3	Sem informação
Brasília	18	1	2008
TOTAL	704		

Fonte: Elaborado pelo autor.

Como pode ser observado no quadro 1, a política do Governo Federal minimamente, incentivou a adesão pelos estados ou até mesmo alguns estados e ou municípios criaram seus próprios programas de segurança alimentar à população vulneravelmente social. Ao Total foram identificados 704 estabelecimentos que fornecem alimentação a preços que variam de R\$ 0 a 7,00, dependendo da classe social a que o cidadão pertence.

Poucos estados, Amazonas, Pará, Rio Grande do Norte, Rondônia, São Paulo, Sergipe e o Distrito Federal disponibilizam as datas de implantação dos programas em suas respectivas localidades, sendo que, a maioria não fornece tais informações, apenas informações básicas em relação aos locais dos estabelecimentos.

Destacam-se os estados de Maranhão, São Paulo, Pernambuco, Rio Grande do Norte, Amazonas e Santa Catarina que juntos somam 544, ou seja, seis estados possuem 77,28% do total de estabelecimentos. Contrário a isso, destaca-se que não foram encontradas informações nos estados do Espírito Santo e Mato Grosso do Sul, possuindo apenas programas de transferência de renda. Mais uma situação a ser analisada no quadro é em relação à distribuição dos estabelecimentos, pois enquanto alguns estados possuem números elevados de estabelecimentos, outros não possuem. A região Nordeste é a que mais se destaca, pois Maranhão, Pernambuco e Rio Grande do Norte, juntos, somam 341 estabelecimentos, enquanto sete estados em diferentes regiões brasileiras possuem até um estabelecimento, ou seja, é necessário que haja uma melhor distribuição dos estabelecimentos pelo Brasil.

Segundo a FAO, 2018, o acesso à alimentação saudável e adequada é um direito essencial e inerente à dignidade humana, mas mesmo assim, aproximadamente de 821 milhões de pessoas em todo o mundo possuem baixo ou nenhum acesso à alimentação, estando em situação de fome. No Brasil, aproximadamente 6,8 milhões não possui o acesso suficiente à alimentação de forma contínua, o que gera uma importante situação de insegurança alimentar e nutricional.

Longaray (2023) afirma que os Restaurantes Populares representam uma estratégia importante para a implementação das ações de segurança alimentar nos municípios brasileiros. Considerados umas das primeiras políticas alimentares do país, ao longo de várias décadas o programa passou por processos políticos e históricos complexos que, ao serem explorados mais profundamente, deixaram diversas lacunas e questionamentos importantes para a melhor compreensão do programa.

5 CONCLUSÃO

A dificuldade no acesso às informações atuais sobre o programa e a efetividade da sua execução compromete substancialmente a avaliação da política, o planejamento e a manutenção das ações pela gestão pública. Diante desse cenário, não é possível mensurar qualitativamente o programa, mas quantitativamente alguns estados os programas de fornecimento de alimentação saudável e nutritiva de maneira gratuita ou a preços simbólicos são muito encorpadas. Considerando algumas regiões fragilizadas, é importante que o governo federal retome o fortalecimento dos programas para que a sociedade mais marginalizada socialmente possa ter acesso a alimentação saudável e nutritiva, minimizando os impactos negativos que essa parcela da sociedade já sente.

Segundo Longaray (2023), com quase duas décadas de existência, o programa Restaurantes Populares, encontra-se em um momento crítico de sua institucionalidade, assim como um conjunto de políticas de proteção social que foram desmanteladas entre 2013 e 2022, através de uma brusca virada paradigmática na política brasileira. Hoje, sob a luz de um novo governo, diversos órgãos ligados às questões sociais e alimentares estão sendo retomados, o que é um bom sinal para atendimentos às pessoas vulneráveis socialmente.

Assim, conclui-se que, em termos quantitativos, existe um número muito relevante de estabelecimentos, porém há uma necessidade de uma melhor distribuição geográfica dos mesmos para que o acesso à alimentação gratuita ou a baixo custo seja alcançado pela população das diversas regiões brasileiras e não apenas de algumas.

Por fim, tem-se a necessidade de aprofundar as pesquisas com cunho qualitativo em relação aos programas estudados neste trabalho para que subsidiem o sistema de proteção social da administração pública, seja federal, estadual ou municipal, na busca de novas implementações, manutenções e fortalecimentos para a continuidade do programa.

REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, R. F.; SILVA, T. L. Gestão de resíduos sólidos em áreas rurais: desafios e perspectivas. *Revista de Meio Ambiente e Sustentabilidade Rural*, v. 5, n. 2, p. 78-85, 2021.
- ARAÚJO, L. S.; SILVA, P. R. Desigualdades e políticas públicas no Brasil. São Paulo: Edusp, 202 p.
- BARROS, P. L.; LIMA, A. F. A fome no Brasil e as políticas públicas: um olhar para os desafios contemporâneos. *Revista Brasileira de Desenvolvimento Sustentável*, v. 1, pág. 33-42. 2020.
- BRASIL. Federalismo e políticas públicas no Brasil contemporâneo. Brasília: IPEA, 2019.
- CARVALHO, T. M. Participação social e democracia: desafios nas políticas brasileiras. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2022.
- CERVO, A. L.; BERVIAN, P. A.; SILVA, R. da. Metodologia científica. São Paulo, SP: Pearson Prentice Hall. 2007.
- CONCEIÇÃO, P. A.; VEIGA, A. P. Políticas públicas e segurança alimentar no Brasil. São Paulo: Editora Unesp, 2020.
- COSTA, L. F.; OLIVEIRA, M. C. Agricultura familiar e combate à fome no Brasil: o papel do PAA. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2020.
- CRESWELL, J. W. Projeto de pesquisa: método qualitativo, quantitativo e misto. 3. ed. Porto Alegre: Artmed, 2010.
- FAO. FOOD AND AGRICULTURE ORGANIZATION OF THE UNITED NATIONS. Sustainable food systems: Concept and framework. Rome, 2018. Disponível em: <https://www.fao.org/3/ca2079en/CA2079EN.pdf>. Acesso em: 04 dez. 2024.
- GIL, A. C. Métodos e técnicas de pesquisa social. 7. ed. São Paulo. Atlas, 2019.
- LAKATOS, E. M.; MARCONI, M. A. Fundamentos de metodologia científica. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2003.
- LONGARAY, M. Duas décadas do programa Restaurantes Populares: institucionalidades e experiências regionais no Brasil. Dissertação de Mestrado. 2023. 67 f. Disponível em: <https://lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/257453/001167372.pdf?sequence=1>. Acesso em: 03 dez. 2024.
- MDS. Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome. 2023. Manual do pesquisador. Disponível em: https://aplicacoes.mds.gov.br/sagi/pesquisas/documentos/relatorio/relatorio_284.pdf. Acesso em: 01 dez. 2024.
- MDS. Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome. 2024. Disponível em: <https://www.gov.br/mds/pt-br/acesso-a-informacao/carta-de>

servicos/desenvolvimento-social/inclusao-social-e-produtiva-rural/programa-restaurante-popular.
Acesso em: 01 dez. 2024.

MENDES, A. P.; OLIVEIRA, J. R. Avaliação de políticas públicas: teoria e prática no Brasil. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2020.

PADRÃO, S. M.; AGUIAR, O. B. de. Restaurante popular: a política social em questão. Revista de Saúde Coletiva, Rio de Janeiro, v. 28(3), 2018. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/physis/a/GhMHmCN6cTkmVhM9VGrZyRS/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 04 dez. 2024.

SANTOS, J. A.; ALMEIDA, C. R. Desigualdades e insegurança alimentar no Brasil contemporâneo. Revista Brasileira de Estudos Sociais, v. 4, n. 1, p. 55-72, 2021.

SANTOS, L. C.; OLIVEIRA, A. P. A fome como desafio estrutural: políticas públicas e inclusão social. Revista de Ciências Sociais Aplicadas, v. 3, n. 2, p. 73-89. 2020.

SILVA, F. J.; ALMEIDA, R. T. Impactos da insegurança alimentar sobre a saúde no Brasil. Revista de Saúde Coletiva, v. 6, n. 2, p. 45-58, 2019.

SILVA, F. J.; PEREIRA, R. N. Impactos da desnutrição infantil no Brasil: uma abordagem epidemiológica. Revista de Saúde Coletiva, v. 1, n. 3, p. 124-137. 2019.

SILVA, P. R.; ALVES, J. C.; MEDEIROS, F. M. Impactos do Bolsa Família na segurança alimentar. Revista de Políticas Públicas e Desenvolvimento Social, v.3, n.2, p. 84-97, 2020.

SOUZA, C. Políticas públicas: uma abordagem introdutória. São Paulo: Editora Unesp, 2021.